

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Estudo Técnico Preliminar 19/2024

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia referentes à reforma do plenário, do térreo, dos banheiros e da grade do prédio da Câmara Municipal de Matão/SP.

Versão 01

Revisão 01

Sumário

Sumário

INFORMAÇÕES BÁSICAS	3
1. Informações Básicas	3
NECESSIDADE	4
2. Descrição da necessidade	4
3. Área Requisitante	34
4. Descrição dos Requisitos da Contratação	34
SOLUÇÃO	42
5. Levantamento de Mercado	42
6. Descrição da Solução como um todo	43
7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas	44
8. Estimativa do Valor da Contratação	44
9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução	45
9.1. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes	45
10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento	46
11. Requisitos para seleção de fornecedores	46
Planejamento	60
12. Benefícios a serem alcançados com a contratação	60
13. Providências a serem adotadas	61
VIABILIDADE	63
15. Declaração de Viabilidade	63

INFORMAÇÕES BÁSICAS

1. Informações Básicas

Processo Administrativo nº 01/2024

Número da Requisição/DFD: 135/2024

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a nova lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

Com base no(s) DFD(s) acima discriminados, a Equipe de Planejamento da Câmara Municipal de Matão elaborou o presente estudo em consonância com a Lei 14.133/2021 c/c Resolução 001/2024.

NECESSIDADE

2. Descrição da necessidade

O plenário da Câmara Municipal de Matão, atualmente, não está adequado para atender satisfatoriamente à população. O ambiente apresenta um desnivelamento no centro do piso, que cria um degrau, dificultando a utilização plena do espaço e prejudicando sua funcionalidade. Apesar de possuir um bom espaço físico, a distribuição atual é inadequada e subaproveita a área disponível.

Além disso, o carpete instalado apresenta riscos tanto à saúde dos frequentadores, por provocar reações alérgicas, quanto à segurança, devido ao seu potencial de aumentar o risco de incêndio. A iluminação do plenário também está defasada, sendo necessária sua modernização para atender aos padrões atuais de eficiência e conforto visual.

Os banheiros da Câmara também se encontram inadequados, com insuficiência de espaço e acessibilidade. Por esse motivo, o projeto de reforma inclui a ampliação e modernização dos banheiros, visando melhorar a infraestrutura e proporcionar condições de uso mais adequadas e confortáveis para todos os usuários.

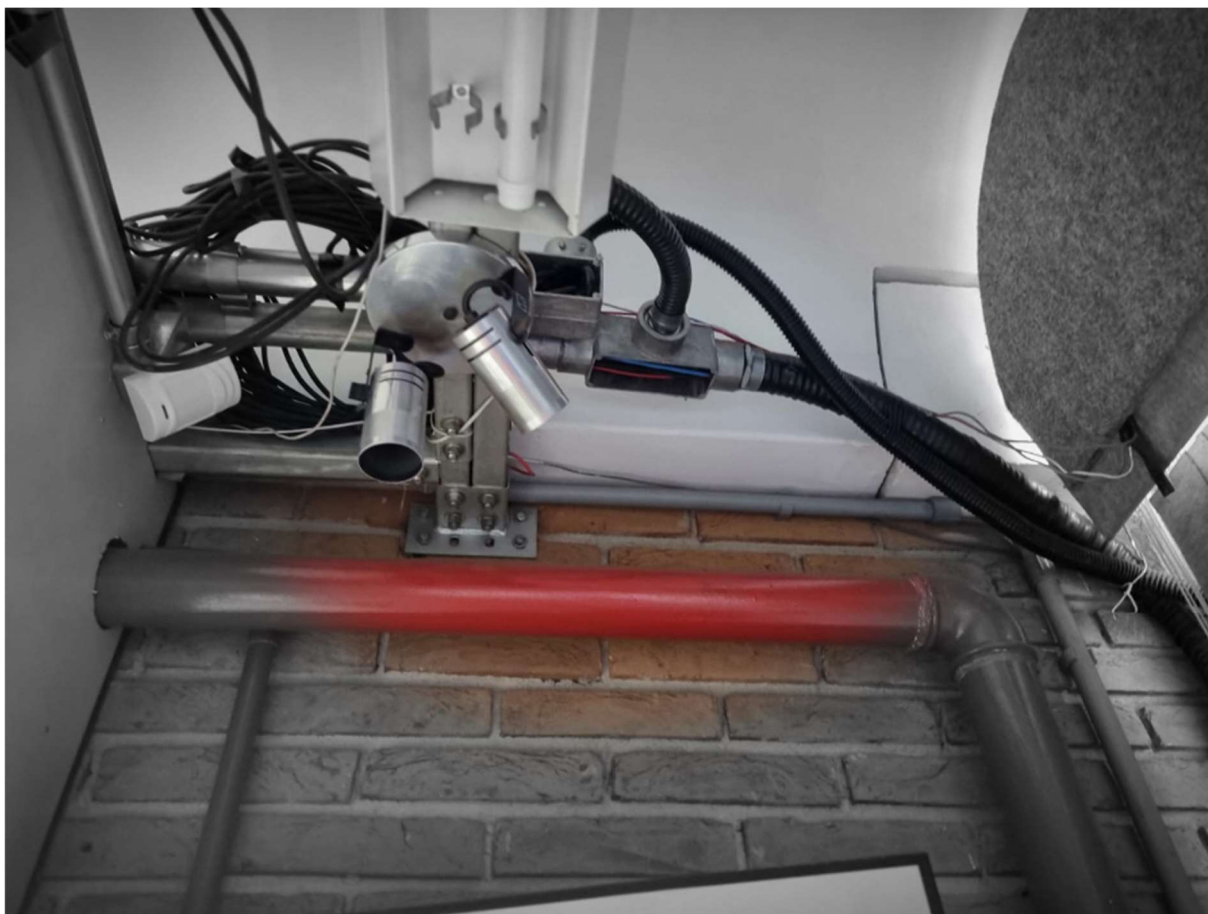
Com relação à grade da fachada da Câmara Municipal de Matão, faz-se necessária sua substituição em virtude de seu estado avançado de deterioração. A estrutura encontra-se antiga e precária, apresentando amassados em diversos pontos, além de áreas que demandam suporte com arames e outras que estão comprometidas pela corrosão e apodrecimento. Esses problemas, além de prejudicarem a estética da fachada, representam um risco significativo para a segurança de pedestres, servidores e colaboradores com a possibilidade de acidentes.

Diante dessa necessidade, foi contratada a empresa **A.C. dos Santos Correa Leite**, inscrita no CNPJ sob n.º 10.663.909/0001-83, por meio de contratação direta n.º 50/2024, para a elaboração de um projeto de engenharia específico para a reforma do plenário e dos banheiros. O projeto foi entregue em outubro de 2024, contemplando as soluções técnicas necessárias para a readequação e modernização desses espaços, com o objetivo de garantir um ambiente mais seguro, confortável e eficiente para munícipes, vereadores e servidores.

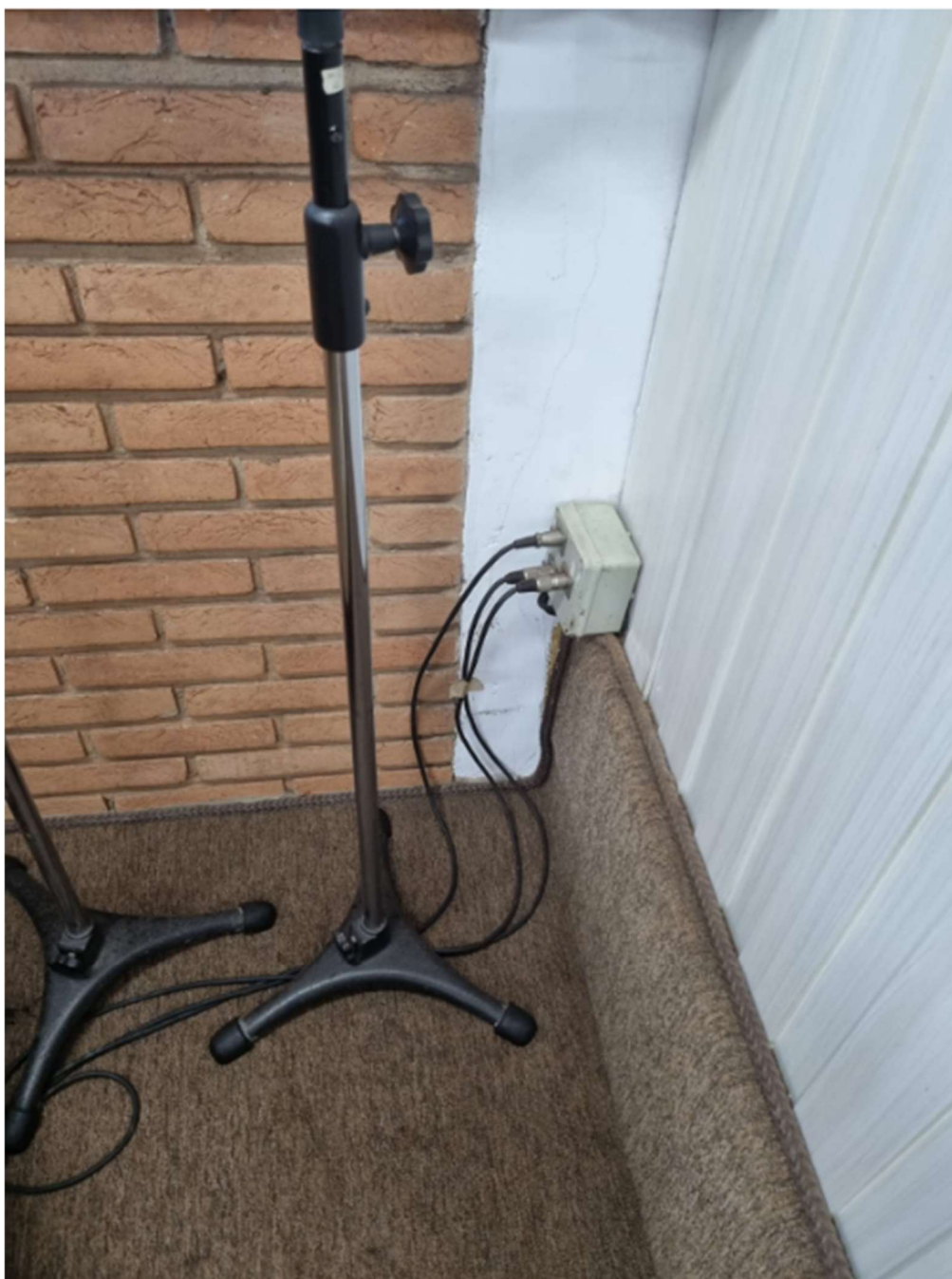
Fotos do plenário









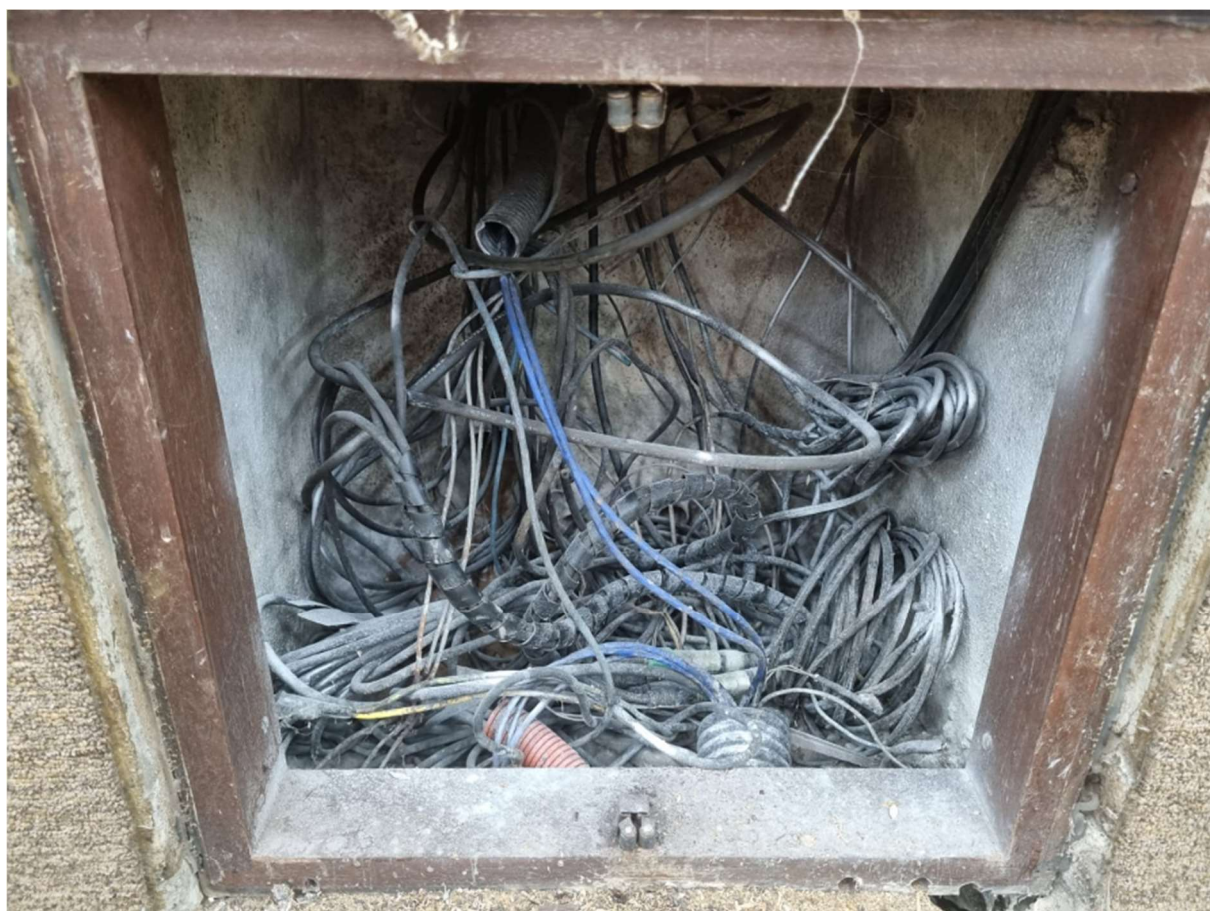


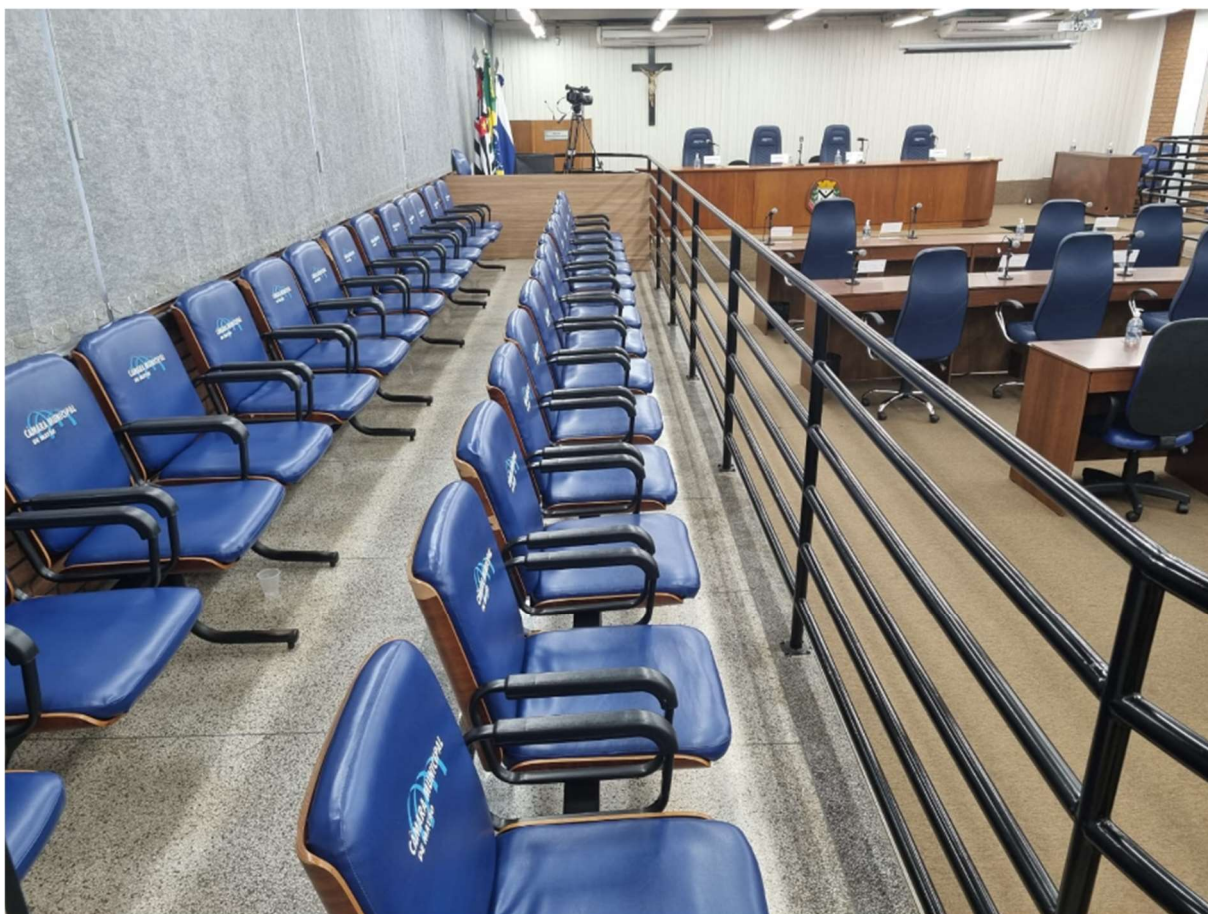
















Fotos da grade











CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO
UNINDO FORÇAS PARA TRANSFORMAR







Fotos do piso e banheiros



















3. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Administrativa	Lucas Nunes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Natureza e classificação dos serviços

A contratação enquadra-se na classificação de **serviço comum de engenharia**, nos termos do artigo, 6º, inciso XXI, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021, uma vez que tem por objeto ações objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei n.º 14.133, de 2021, o processo licitatório pode ser realizado na modalidade **pregão ou concorrência**, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**.

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, **exceto os serviços de engenharia de que trata a [alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#).**”*

“Art. 06 - XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:...”

Considerando o objeto e a possibilidade de escolha, **a modalidade de licitação escolhida será a concorrência**, forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, conforme previsto no artigo 6º, inciso

XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, por ser adequada para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, permitindo uma disputa mais ampla e competitiva, que melhor atenderá aos princípios de economicidade e eficiência.

A contratação de serviços comuns de engenharia **não exige regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, uma vez que: os fornecedores não precisarão ficar exclusivamente à disposição nas dependências do contratante para a prestação do serviço; o contratado poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis com outras contratações simultâneas; e o contratado não será obrigado a possibilitar fiscalização direta pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados ao contrato.

4.2. Prazo de vigência da contratação

A duração inicial do contrato será de 06 (seis) meses, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Considerando que a contratação prevê a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do artigo 111 da Lei 14.133/2021

4.3. Regime de Execução

O regime de execução será o da **empreitada pelo preço unitário**.

Justificativa: Dada a natureza de reformas, como a do plenário e do térreo, onde podem surgir imprevistos em relação a quantidades e adaptações, a **empreitada por preço unitário** se mostra mais adequada. Isso proporcionaria flexibilidade na medição e controle dos serviços realizados, evitando que eventuais alterações comprometam o orçamento ou o andamento da obra.

4.4. Padrões mínimos de qualidade e desempenho

Os serviços de reforma do plenário e do térreo da Câmara Municipal de Matão/SP deverão atender às normas técnicas aplicáveis, observando os requisitos de qualidade, segurança e acessibilidade. A execução deverá seguir estritamente o que consta no projeto básico/executivo, garantindo o cumprimento dos padrões estabelecidos para a obra.

4.7. Local, horário e início da prestação dos serviços

Os serviços deverão ser prestados no local abaixo indicado:

Unidade	Endereço
Câmara Municipal de Matão/SP	Av. Padre Nelson, nº 859, Centro - Matão / SP - CEP: 15990-350
Dias e horários da prestação dos serviços	De segunda a sexta-feira, das 07h30 às 17h00.

4.10. Justificativa para transição gradual com transferência de conhecimento

Considerando que a contratação para a reforma do plenário e dos banheiros da Câmara Municipal de Matão será realizada por uma única empresa, a necessidade de uma transição gradual com transferência de conhecimento torna-se desnecessária. A empresa contratada será responsável pela execução integral dos serviços, desde o início até a conclusão da obra, o que garante a centralização das atividades e a otimização dos processos.

4.11. Subcontratação

Será permitida a subcontratação para a troca da **grade da fachada** da Câmara Municipal de Matão. Essa parcela do serviço envolve a remoção e instalação de estruturas metálicas, o que não afeta diretamente as áreas de maior complexidade da reforma, como o plenário e os banheiros.

Além disso, será permitida também a subcontratação para a instalação de **painéis e portas de vidro temperado**. Esses elementos não interferem diretamente nas áreas mais sensíveis do projeto, permitindo que a empresa contratada principal foque nas partes mais técnicas e complexas da obra, como o plenário, sistemas elétricos e os acabamentos dos banheiros.

A subcontratação dessas atividades possibilita à empresa principal concentrar seus recursos e atenção nas etapas mais técnicas da obra, garantindo maior eficiência e agilidade na execução dos serviços. A empresa contratada principal continuará sendo integralmente responsável pelo

cumprimento do contrato e pela supervisão das empresas subcontratadas, nos termos do **artigo 122 da Lei 14.133/2021**.

4.12. Garantia de execução

Será exigida garantia de execução para a presente contratação, considerando que a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão envolve serviços essenciais, como a modernização do plenário, dos banheiros e a troca da grade da fachada. A garantia de execução é uma medida necessária para mitigar riscos de inadimplemento, assegurando a qualidade e a conclusão dos serviços contratados dentro dos prazos estabelecidos.

A conclusão da obra dentro do prazo estipulado é de extrema importância, uma vez que qualquer atraso na execução comprometerá diretamente as atividades legislativas, que terão que ser transferidas para outro prédio. Tal mudança pode gerar transtornos operacionais e custos adicionais, além de impactar o atendimento ao público e o funcionamento regular da Câmara. Portanto, a exigência de garantia de execução visa a assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos, minimizando os riscos de atrasos ou mitigando os prejuízos caso eles ocorram, por meio do ressarcimento do valor garantido.

Caberá à empresa contratada optar por uma das modalidades de garantia previstas no §1º do art. 96 da Lei 14.133/2021, que inclui as seguintes opções: caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, ou fiança bancária. O percentual exigido será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

Essa exigência visa garantir o fiel cumprimento do contrato, proteger o interesse público e evitar prejuízos ao erário em caso de eventual descumprimento das obrigações contratuais.

4.13. Vistoria

Será exigido que o licitante ateste que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço. De acordo com o § 2º do art. 14 da Lei 14.133/2021, o edital de licitação poderá prever a vistoria prévia do local de execução como condição essencial para o conhecimento das condições e peculiaridades da obra de reforma do plenário, dos banheiros e da fachada da Câmara Municipal de Matão. O licitante deverá, sob pena de inabilitação, comprovar que conhece o local e as condições necessárias para a execução dos serviços.

Contudo, em conformidade com o § 3º do referido artigo, o licitante poderá optar pela substituição da vistoria por uma declaração formal assinada pelo responsável técnico, atestando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

Caso os licitantes escolham realizar a vistoria, a Administração disponibilizará datas e horários diferentes, conforme determina o § 4º do art. 14 da Lei 14.133/2021, a fim de garantir a ampla participação dos interessados e assegurar o direito de visitação ao local.

A vistoria é necessária, pois inúmeras empresas têm participado das licitações realizadas na plataforma Compras.gov, sendo muitas delas empresas aventureiras e sem a capacidade técnica adequada, o que tem gerado frequentemente propostas inexequíveis. A exigência de conhecer o local ajudará a evitar que as empresas façam lances no escuro, como tem ocorrido em diversas licitações. Há licitantes que entram na plataforma e dão lances sem analisar adequadamente o edital, o que foi evidente nas últimas licitações da Câmara. No pregão eletrônico nº 04, destinado à contratação de serviços de limpeza predial, 69 empresas participaram, das quais 11 foram inabilitadas por apresentarem propostas inexequíveis ou por não terem analisado adequadamente o edital. Dessa forma, a vistoria contribui para que apenas empresas com pleno entendimento do objeto participem, assegurando a qualidade e a viabilidade das propostas apresentadas.

4.14. Amostra ou Prova de Conceito

Neste caso específico, não se aplica a exigência de amostra ou prova de conceito, pois o objeto da contratação envolve serviços de reforma e adequação estrutural, que não podem ser demonstrados por meio de uma amostra prévia. A reforma do plenário, dos banheiros e da fachada da Câmara Municipal de Matão requer intervenções físicas e técnicas diretamente no local, cuja viabilidade não pode ser comprovada por modelos ou protótipos, mas sim pela análise técnica do projeto e pela vistoria do local. Assim, a exigência de prova de conceito não é aplicável, sendo suficiente a apresentação do projeto e a capacidade técnica comprovada pela experiência do licitante.

4.15. Justificativa para a Não Participação de Cooperativas

Não será permitida a participação de cooperativas nesta licitação. A natureza dos serviços a serem contratados - reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão - exige especialização técnica, com necessidade de execução uniforme e contínua das atividades, o que não se alinha ao regime de trabalho cooperado.

A atuação de cooperativas, com a rotatividade de cooperados e a possível variabilidade na execução dos serviços, pode comprometer a qualidade e a consistência das obras, especialmente considerando as características específicas do objeto. A execução dos serviços requer a presença constante de profissionais qualificados e capacitados para atender aos padrões exigidos pela Administração, e o modelo de cooperativa, por sua própria natureza, não garante essa continuidade e especialização uniforme.

Além disso, há uma preocupação em garantir o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias, uma vez que, no regime cooperado, há uma maior complexidade na fiscalização da regularidade trabalhista dos cooperados. Dessa forma, a vedação visa proteger a Administração Pública de riscos associados a possíveis falhas na execução contratual ou no cumprimento das obrigações sociais.

Portanto, para garantir a qualidade, a uniformidade da execução, a continuidade dos serviços e a mitigação de riscos trabalhistas e previdenciários, a participação de cooperativas está vedada nesta licitação. Essa decisão é fundamentada na necessidade de assegurar uma execução eficiente e sem interrupções, conforme os padrões de qualidade exigidos para a reforma do prédio da Câmara.

4.16. Consórcios

Embora, em regra, a participação de consórcios não seja considerada necessária para o escopo desta licitação, a participação de consórcios não será proibida. A natureza dos serviços de reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão envolve intervenções de complexidade moderada, e a participação de uma única empresa seria suficiente para atender às necessidades da contratação. No entanto, para assegurar a ampla concorrência e possibilitar a participação de empresas que possam se unir para melhor atender aos requisitos do projeto, a participação de consórcios será permitida. No entanto, ao permitir a participação de consórcios, o edital e o

termo de referência deverão observar o regramento adequado, nos termos do artigo 15 da Lei 14.133/2021.

4.17. Justificativa para fixação de Critério de Aceitabilidade de Preço Unitário

Além da definição do preço global, a definição do preço unitário também é importante. A definição de um critério de aceitabilidade de preço unitário fixado pelo edital, conforme previsto no §3º do art. 59, se justifica pelo fato de que esta licitação será conduzida sob o regime de empreitada por preço unitário. Nesse regime, os pagamentos serão efetuados com base nas quantidades efetivamente realizadas e medidas durante a execução do contrato, utilizando os preços unitários estabelecidos na proposta da licitante vencedora.

Essa abordagem visa mitigar os riscos associados ao jogo de planilha, uma prática em que licitantes ajustam estrategicamente os preços unitários de determinados itens para obter vantagens econômicas indevidas durante a execução contratual. Ao manipular itens que podem ter quantidades alteradas ao longo do contrato, o jogo de planilha pode causar desequilíbrios econômicos, prejudicando o contrato e a administração pública que fica sujeita a superfaturamento dos contratos.

Para evitar essas distorções, o edital definirá preços unitários relevantes para os itens mais suscetíveis a variações de quantidade, os chamados itens relevantes, nos termos do no §3º do art. 59 da lei 14.133/2021. A definição dos itens relevantes será feita com base em uma análise de curva ABC de todos os itens do projeto básico/executivo, sendo considerados como relevantes aqueles que figuram na classe A da curva, ou seja, os itens com maior impacto financeiro e maior probabilidade de variação. Esses itens terão os preços unitários controlados para garantir a integridade da licitação e a justa execução contratual.

Contudo, é importante ressaltar que uma licitante que apresentar preços unitários relevantes acima dos valores fixados não será automaticamente desclassificada. O Edital deverá dar a oportunidade de ajuste dos preços unitários para adequá-los aos limites aceitáveis, sem majoração do preço global ofertado. Isso assegura maior flexibilidade no processo licitatório, permitindo que a proposta seja ajustada de maneira justa, mas sem comprometer o valor total da contratação.

Dessa forma, a fixação de um critério de aceitabilidade de preços unitários garante que os valores apresentados estejam alinhados com o mercado e com as necessidades da administração, enquanto evita práticas que possam prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Esse mecanismo proporciona transparência, protege os recursos públicos e assegura uma execução contratual mais segura e eficiente.

	FONT	CÓDI	SERVIÇO	U	QUAN	PREÇO UNITÁRIO - MAT+MDO PREÇO SEM BDI	BDI	R\$	PREÇO C/ BDI	PREÇO AL - R\$	TOTAL ACUMULADO	CLASSIFICAÇÃO
											TOTAL ACUMULADO	CLASSE
										%TG	%TA	
8.3.1	COTAÇÃO	007	GRADE DE PROTEÇÃO COM 55 METROS DE COMPRIMENTO E 3 METROS DE ALTURA EM METALON 20X20 CHAPA 18 COM COLUNAS 60X60 DOBRADAS CAPA 18	UN	1,00	87.000,00	20%	17.147,70	104.147,70	104.147,70	13,94%	A
7.13	SINAP	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M² INCLUSO RODA-PE. AF. 02/2023. PE	M²	400,20	179,13	20%	35,31	214,44	85.818,89	11,48%	A
2.3.2	SINAP	87263	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO DE DIMENSÕES 60X60 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M². AF. 02/2023. PE	M²	179,00	179,13	20%	35,31	214,44	38.384,76	5,14%	A
2.6.7	CPOS	9013023	ELETROCALHA USA GALVANIZADA ELETROLÍTICA CHAPA 14 - 60X50MM COM TAMPA E INSTALAÇÃO	M	180,00	150,09	20%	29,58	179,67	32.340,60	4,33%	A
3.5.1	SINAP	102253	DIVISÓRIA SANITÁRIA, TIPO CABINE, EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III E EXCLUSIVE FERRAGENS. AF. 01/2021	M²	25,35	950,33	20%	187,31	1.137,64	28.839,17	3,86%	A
8.15	SINAP	101747	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF. 09/2020	M²	300,00	77,93	20%	15,36	93,29	27.987,00	3,75%	A
8.3.3	SINAP	101747	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF. 09/2020	M²	300,00	77,93	20%	15,36	93,29	27.987,00	3,75%	A
2.5.2	COTAÇÃO	008	CORRIMÃO	M	36,40	485,16	20%	95,63	580,79	21.140,76	2,83%	A

SOLUÇÃO

5. Levantamento de Mercado

Durante o levantamento, foram consideradas duas opções possíveis:

Opção 1: Permanecer como está, ou seja, não realizar a reforma. Essa alternativa, apesar de não implicar custos imediatos, manteria as atuais deficiências na infraestrutura da Câmara, como o desnivelamento do piso, problemas de acessibilidade e iluminação deficiente, o que compromete a segurança e o conforto dos usuários, além de não atender às necessidades de modernização e adequação do prédio.

Opção 2: Proceder com a reforma do prédio, conforme planejado, incluindo a modernização do plenário, a reforma dos banheiros e a troca da grade da fachada. Essa alternativa envolve investimentos, mas proporciona melhorias significativas na infraestrutura, aumentando a segurança, acessibilidade e o conforto dos vereadores, servidores e do público que frequenta a Câmara.

Conclusão

Após analisar as duas opções possíveis para a situação atual da infraestrutura da Câmara Municipal de Matão, conclui-se que a **opção 2** - proceder com a reforma do prédio - é a mais adequada para atender às necessidades da instituição e garantir um ambiente seguro e funcional para todos os seus usuários.

A **opção 1**, que consiste em permanecer como está e não realizar a reforma, não geraria custos imediatos, mas manteria as atuais deficiências da infraestrutura, como o desnivelamento do piso, problemas de acessibilidade e iluminação inadequada. Esses fatores comprometem a segurança e o conforto dos usuários, além de prejudicar o desempenho das atividades legislativas e administrativas. A falta de modernização e adequação também não atende aos padrões de qualidade esperados em uma instituição pública, impactando negativamente a imagem e a eficiência da Câmara.

Por outro lado, a **opção 2**, que envolve a reforma do prédio, incluindo a modernização do plenário, dos banheiros e a troca da grade da fachada, proporcionará melhorias significativas

na infraestrutura da Câmara. Essas intervenções contribuirão para aumentar a segurança, a acessibilidade e o conforto dos vereadores, servidores e do público que frequenta o local. Embora a reforma envolva investimentos, os benefícios a serem alcançados, como melhores condições de trabalho, atendimento adequado à população e maior eficiência nas atividades legislativas, justificam plenamente essa escolha.

Portanto, a decisão de realizar a reforma se mostra alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e ao dever da Administração Pública de promover melhorias contínuas em suas instalações e serviços, garantindo um ambiente apropriado para o desempenho das funções públicas e para o atendimento das demandas da sociedade.

6. Descrição da Solução como um todo

A solução proposta trata-se da contratação de empresa para a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, envolvendo um conjunto de intervenções que visam modernizar e adequar as instalações, atendendo às necessidades de segurança, acessibilidade e conforto para vereadores, servidores e para o público que frequenta o local.

A reforma contempla a modernização completa do plenário, que atualmente apresenta problemas como desnivelamento do piso e iluminação inadequada. A solução prevê a correção desses problemas, garantindo um ambiente seguro e funcional para a realização das sessões legislativas, com melhorias na distribuição do espaço e na eficiência da iluminação, proporcionando maior conforto visual e condições adequadas para o trabalho dos vereadores e funcionários.

Além do plenário, os banheiros da Câmara também serão reformados, com foco na ampliação e modernização, visando assegurar condições de acessibilidade e infraestrutura adequadas a todos os usuários. A reforma dos banheiros incluirá a adaptação das instalações para garantir o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.

Outro ponto da reforma é a troca da grade da fachada do prédio, que será substituída por uma estrutura mais segura e moderna, contribuindo tanto para a segurança do edifício quanto para a melhoria estética da fachada, alinhando-a aos padrões de modernização propostos para o restante do prédio.

Essas intervenções, realizadas de forma coordenada, visam assegurar que o prédio da Câmara Municipal de Matão se torne um espaço seguro, acessível e funcional, atendendo plenamente às necessidades dos vereadores, servidores e da comunidade que utiliza e frequenta o espaço. A solução proposta é ampla e abrange todos os aspectos necessários para a melhoria das condições do edifício, garantindo que o ambiente esteja alinhado aos princípios de eficiência e qualidade exigidos em uma instituição pública.

7. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

No escopo pretendido, será necessária a contratação de uma empresa especializada para executar a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão. As quantidades dos itens que comporão a obra estão detalhadas no projeto básico/executivo e foram estimadas considerando as especificações técnicas e os requisitos nele estabelecidos, de forma a garantir uma execução eficiente e de qualidade para cada etapa do projeto.

8. Estimativa do Valor da Contratação

A presente contratação foi orçada no valor total de R\$ 747.282,69 (Setecentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e sessenta e nove centavos), como se depreende das memórias de cálculo juntadas aos autos e constantes no projeto básico/executivo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Após análise técnica e considerando a natureza dos serviços a serem executados na reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, optou-se por **não realizar o parcelamento da solução**. A obra de reforma envolve intervenções integradas e interdependentes, como a modernização do plenário, a reforma dos banheiros e a troca da grade da fachada, todas voltadas para um objetivo comum de adequação e melhoria da infraestrutura da Câmara.

O parcelamento dos serviços poderia comprometer a continuidade e a qualidade da execução, uma vez que as diferentes etapas da reforma estão conectadas e demandam coordenação simultânea. A contratação de uma única empresa para executar todo o escopo da reforma proporciona maior controle sobre o cronograma, evita problemas de responsabilidade compartilhada entre contratadas distintas e assegura a consistência e a eficiência dos serviços.

Dessa forma, o não parcelamento se justifica pela necessidade de garantir uma execução uniforme e de qualidade, respeitando os prazos e assegurando que todas as melhorias sejam realizadas de maneira integrada, evitando eventuais problemas de coordenação que poderiam ocorrer com a fragmentação dos serviços.

9.1. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No contexto da reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, foram identificadas intenções futuras de modernização do plenário, que incluem a instalação de novas câmeras, sistema de áudio e TVs para votação eletrônica. Portanto, para realizar essa nova licitação de modernização do plenário, será necessário concluir previamente a reforma do prédio, especialmente a reforma do plenário. Dessa forma, a modernização dependerá da conclusão da reforma do plenário, porém, a reforma do plenário não depende de outras contratações. A execução das obras de reforma do plenário, dos banheiros e da fachada do prédio será conduzida de maneira autônoma, garantindo que todas as intervenções ocorram de forma planejada e sem

dependência de outras contratações paralelas, exceto para a futura modernização do plenário que ocorrerá apenas após a conclusão da reforma.

Toda a reforma está concentrada em um único contrato para garantir a execução coordenada e integrada das melhorias necessárias. Caso haja necessidade futura de contratação de serviços complementares, como manutenção ou adequação posterior, estas serão realizadas em momento oportuno e de forma independente, de modo a não interferir no cronograma ou na qualidade das obras em andamento. Assim, não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes como condição para reforma do plenário.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação para a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2024. Essa previsão assegura que todas as etapas do processo de contratação sejam realizadas de acordo com o planejamento orçamentário e estratégico da Câmara, garantindo a alocação de recursos necessários e o cumprimento dos prazos estabelecidos. O PCA 2024 foi elaborado considerando as necessidades de modernização e adequação do prédio, de forma a assegurar que as contratações atendam às demandas de infraestrutura e melhoria contínua dos serviços públicos prestados.

11. Requisitos para seleção de fornecedores

11.1. Requisitos de Habilitação Jurídica

Para fins de habilitação, deverão os licitantes comprovar os requisitos mínimos necessários para sua habilitação jurídica, conforme preceitua a legislação aplicável, de forma a comprovar que a licitante tem a capacidade de exercer direitos e assumir obrigações, bem como verificar se o ramo de atividade é compatível com o objeto contratual.

Em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, apresentamos abaixo as justificativas quanto à participação nesta licitação:

11.2. Requisitos de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

11.2.1. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.2.1.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.2.1.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.2.1.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;

11.2.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.2.1.5. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

11.2.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa;

11.2.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.2.1.8. Serão aceitas como prova de regularidade certidões positivas com efeito de negativas.

11.3. Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

Considerando que se trata de serviços de engenharia de grande relevância para esta Casa de Leis, e que qualquer atraso na conclusão da obra acarretará transtornos e prejudicará as atividades legislativas, a licitante deverá comprovar possuir as seguintes condições de qualificação econômico-financeira:

12.7.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

12.7.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser iguais ou superiores a 1 (um); e o Índice de Endividamento (IE) deve ser igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco).

12.7.2.2. Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimativo para a contratação.

12.7.2.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.7.2.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.7.2.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.7.3. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §1º)

12.7.4. Justificativa para Exigências de Qualificação Econômico-Financeira

Objetivo das Exigências

A exigência de qualificação econômica e financeira na contratação de serviços de engenharia (reforma de prédio) é essencial para garantir que as licitantes possuam a solidez financeira necessária para cumprir com as obrigações contratuais, incluindo o pagamento de salários, encargos sociais e aquisição de materiais. Isso mitiga riscos de inadimplemento ou abandono

da obra, assegura a sustentabilidade dos serviços ao longo da execução e promove a responsabilidade social, evitando problemas trabalhistas e operacionais.

a. Certidão Negativa de Falência

A exigência de certidão negativa de falência visa assegurar que a empresa licitante não se encontra em estado de insolvência, garantindo sua capacidade de cumprir integralmente o contrato. Essa exigência, prevista no inciso II do art. 69 da Lei 14.133/2021, é fundamental para evitar a contratação de uma empresa que, devido a dificuldades financeiras, possa interromper a execução da obra, prejudicando as atividades legislativas da Câmara Municipal de Matão. A certidão atesta a regularidade financeira da empresa e protege a Administração contra riscos de inadimplemento contratual.

b. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis

A apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos dois anos, consoante previsão do inciso I do artigo 69 da lei 14.133/2021, permite à Administração avaliar a saúde financeira da empresa e a sua capacidade de honrar com os compromissos contratuais, especialmente para análise e confirmação dos índices e patrimônio líquido. A exigência visa garantir que apenas empresas com estrutura financeira minimamente sólida sejam contratadas, reduzindo riscos de atrasos ou falhas na execução. Para empresas constituídas há menos de dois anos, a exigência do balanço de abertura e do balanço do último exercício, conforme o art. 65, §1º da Lei 14.133/2021, permite a participação, mas ainda assegura a avaliação de capacidade financeira proporcional.

b.1. Índices Econômico-Financeiros

Os índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) iguais ou superiores a 1, e o Índice de Endividamento (IE) igual ou inferior a 0,5, são critérios essenciais para garantir que a empresa possui liquidez e está em condições de arcar com suas obrigações de curto e longo prazo. Adicionalmente, cabe ressaltar que os valores indicados para os índices econômicos são usualmente adotados para avaliação de situação econômico-financeira em instrumentos convocatórios.

b.1.1. Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC): Valores iguais ou superiores a 1 demonstram que a empresa possui recursos suficientes para cobrir suas dívidas, tanto imediatas quanto futuras. Isso é crucial para evitar que problemas de liquidez comprometam a execução da obra. Esses índices estão em conformidade com a jurisprudência do TCE/SP, que considera razoáveis índices de liquidez corrente e liquidez geral entre 1,0 e 1,5.

b.1.2. Índice de Endividamento (IE): Um índice de endividamento igual ou inferior a 0,5 garante que a empresa não está excessivamente alavancada, ou seja, não tem dívidas além de um limite que comprometa sua capacidade de operação. Esse cuidado visa garantir que a empresa não tenha problemas financeiros que possam impactar negativamente o andamento do contrato. Esse índice está em conformidade com a jurisprudência do TCE/SP, que considera razoáveis índices de endividamento entre 0,3 e 0,50.

c. Patrimônio Líquido

A exigência de um Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% do valor estimativo da contratação tem respaldo no §4º do artigo 69 da Lei 14.133/2021 e visa assegurar que a empresa possui uma base sólida de recursos que possa garantir a execução do contrato, mesmo diante de imprevistos. Esse critério visa evitar que empresas sem capacidade financeira adequada assumam um compromisso maior do que suas possibilidades, protegendo a Administração contra o risco de abandono da obra ou má execução dos serviços.

d. Declaração de Índices Econômicos assinada por um profissional habilitado

O atendimento dos índices econômicos deverá ser atestado por um profissional habilitado da área contábil, conforme o art. 69, §1º da Lei 14.133/2021. Isso garante que as informações apresentadas são precisas e foram verificadas por um especialista, conferindo maior segurança e credibilidade ao processo de habilitação. Essa medida evita fraudes e assegura que os dados financeiros da licitante sejam devidamente comprovados e auditados. Como o pregoeiro e a equipe de apoio não tem formação técnica compatível necessária para realizar cálculos complexos com base nas informações do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, a declaração do profissional contábil oferece uma garantia extra de conformidade com os requisitos financeiros estabelecidos. Esta declaração valida os índices econômicos

apresentados, assegurando maior transparência e segurança para a Administração Pública ao confiar em uma avaliação técnica especializada.

Conclusão

Essas justificativas reforçam a importância de selecionar empresas que possuam capacidade financeira suficiente para garantir a execução eficiente e pontual da reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, minimizando os riscos de falhas na execução e protegendo o interesse público.

11.4. Da Qualificação Técnico-Profissional e da Qualificação Técnico Operacional:

A qualificação Técnico-Profissional e da Qualificação Técnico Operacional são essenciais para garantir que a empresa contratada para a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão possua a capacidade técnica necessária para executar os serviços com qualidade e eficiência. Considerando a relevância do projeto, os seguintes requisitos foram estabelecidos:

Declaração de conhecimento do local

11.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

11.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

Registro de pessoa jurídica no órgão competente

11.4.2. Certidão de **Registro de pessoa jurídica**, em nome da licitante e dentro do prazo de validade, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

Qualificação técnico-profissional

11.4.3. **Apresentação do(s) profissional(is)** abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

11.4.3.1. O(s) profissional(is), seja Engenheiro Civil, Elétrico, ou Arquiteto, devidamente registrado(s) no conselho competente, deverá(ão) apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que comprove a experiência na execução de obras ou serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, entendendo-se como tais aqueles que façam referência a:

a) Instalação/execução de **eletrocalha**;

b) Instalação/assentamento/execução de **revestimento cerâmico para piso**.

11.4.3.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

11.4.3.3. A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) será exigida **somente na assinatura do contrato**, sendo condição indispensável para sua formalização. Essa comprovação poderá ser feita por meio da apresentação de contrato de trabalho, anotações na CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, mediante o respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), o fornecedor deverá apresentar cópia do contrato social atualizado.

Qualificação Técnico-Operacional

11.4.4. A **Qualificação Técnico-Operacional** deverá comprovar que a licitante executou serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, a saber:

11.4.4.1. Para fins de comprovação da aptidão para a execução do serviço em questão, será exigida experiência por meio da apresentação de certidão(ões) ou de atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome da licitante e que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste instrumento, indicando, como quantitativos:

- a) A instalação/assentamento/execução de **revestimento cerâmico para piso**, com área mínima de **310 m²**;
- b) A instalação/execução de, no mínimo, **90 metros de eletrocalha**.

11.4.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados.

11.4.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.4.6. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

11.4.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.4.8. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

11.4.9. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

11.5. Justificativa para exigência de qualificação técnica:

A **Qualificação Técnico-Profissional e Técnico-Operacional** são critérios fundamentais nesta licitação para a **reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão**. A exigência desses requisitos visa assegurar que a empresa contratada tenha condições técnicas adequadas para executar o serviço com o nível de qualidade e eficiência requerido, minimizando riscos e garantindo o atendimento às especificidades do projeto. Abaixo, detalham-se as justificativas para cada uma das exigências:

11.5.1. Declaração de Conhecimento do Local (Item 11.4.1)

A exigência da declaração de conhecimento do local de execução é essencial para garantir que o licitante tenha uma compreensão clara das condições e peculiaridades do ambiente onde os serviços serão prestados. Isso visa evitar imprevistos que possam comprometer o andamento dos trabalhos. A declaração formal ou vistoria prévia é importante para que a empresa reconheça as condições de acesso, características estruturais e outros fatores que possam impactar a execução da obra.

Trata-se de uma **reforma** que envolve vários detalhes técnicos e específicos que, por vezes, são difíceis de serem transmitidos nos projetos, sendo crucial que a empresa conheça as particularidades do local. Como os trabalhos administrativos não serão suspensos na Câmara, é fundamental que a construtora compreenda essas características e elabore uma logística adequada para minimizar interferências nas atividades diárias. Além disso, o fato de que as sessões legislativas terão que ser realizadas em outro local faz com que a Câmara se preocupe com a ausência de atrasos. Portanto, o conhecimento prévio do local é vital para assegurar uma execução eficiente e dentro do cronograma estabelecido.

Temos nos deparado, ao realizar contratações por meio da plataforma **Compras.gov**, com uma quantidade significativa de empresas que participam dos certames. Em uma licitação recente para a contratação de serviços de limpeza para a Câmara Municipal, no **Pregão Eletrônico 04/2024**, tivemos a participação de **69 empresas**. Infelizmente, muitas dessas empresas são **aventureiras**, ou seja, não leem o edital atentamente e não tomam os cuidados necessários para a elaboração adequada de suas propostas. Muitas não atendem às condições estabelecidas ou

sequer leem o edital e suas condições, o que gera **atrasos no processo licitatório** e, em casos mais graves, pode resultar em **inexecução contratual**, caso venham a ser contratadas.

Assim, a exigência do **conhecimento prévio do local** tem, ainda, o objetivo de fazer com que os licitantes, antes de oferecerem seus lances, ao menos conheçam o local e compreendam os desafios e especificidades da obra. Isso contribuirá para a participação de empresas que estejam realmente comprometidas e aptas a executar o contrato, reduzindo os riscos de problemas futuros e promovendo uma contratação mais eficiente e segura.

11.5.2. Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Competente (Item 11.4.2)

O **registro da pessoa jurídica junto ao CREA ou CAU** é uma exigência que visa garantir que a empresa licitante esteja devidamente regularizada e apta a executar serviços de engenharia ou arquitetura. Essa certificação assegura que a empresa possui condições legais e técnicas de desempenhar atividades em conformidade com as regulamentações do setor, garantindo, assim, a segurança e a qualidade da execução do contrato.

11.5.3. Qualificação Técnico-Profissional (Item 11.4.3)

A exigência de qualificação técnico-profissional, incluindo a apresentação de profissionais registrados no conselho competente (Engenheiros ou Arquitetos) com **Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**, visa assegurar que a equipe responsável tenha a experiência e a competência necessárias para a execução dos serviços específicos previstos na licitação. O requisito de experiência em **instalação de eletrocalha e revestimento cerâmico** foi escolhido por serem os itens mais relevantes financeiramente da planilha de custos, além de serem atividades comuns em praticamente todas as obras de reforma, o que não representa dificuldade para os licitantes em atender a essas exigências. Ademais, ambos os itens possuem valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, conforme prevê o § 1º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, e conforme pode ser consultado na Curva ABC em anexo. Dessa forma, a exigência de atestados se restringe às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, garantindo que os profissionais tenham a experiência necessária para executar as partes mais críticas e relevantes do projeto. Além disso, a exigência da Certidão de

Acervo Técnico (CAT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) encontra respaldo nas orientações do Manual do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

11.5.4. Qualificação Técnico-Operacional (Item 11.4.4)

A qualificação técnico-operacional busca garantir que a licitante possua experiência prática prévia em serviços de **complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior** ao objeto da contratação. A comprovação de experiência por meio de atestados de desempenho, indicando a execução de serviços como a **instalação de revestimento cerâmico para piso de no mínimo 310 m²** e a **instalação de 90 metros de eletrocalha**, é essencial para garantir que a empresa contratada tenha capacidade real de executar as atividades no prazo e padrão de qualidade exigidos. Esse tipo de exigência visa reduzir o risco de atrasos ou falhas que possam surgir da falta de experiência em atividades semelhantes.

Os itens selecionados para comprovação de capacidade técnico-operacional foram definidos considerando sua relevância financeira no projeto básico/executivo. A **instalação de eletrocalha** e o **revestimento cerâmico** são atividades de destaque por possuírem valor individual **igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, conforme prevê o § 1º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, e conforme pode ser consultado na **Curva ABC** em anexo. Esses itens foram escolhidos, também, por serem elementos comuns em obras de reforma, o que não representa dificuldade para as empresas que desejam participar do certame.

Adicionalmente, os **quantitativos mínimos** exigidos para a comprovação da execução desses serviços serão de até **50% (cinquenta por cento)**, conforme estabelece o § 2º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021: "*Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados*".

Dessa forma, a exigência de atestados de capacidade técnico-operacional limita-se às parcelas de maior relevância ou valor significativo, garantindo que a licitante possua a experiência

adequada para realizar as atividades mais críticas do projeto, assegurando, assim, uma execução eficiente e segura.

11.5.5. Acompanhamento e Garantia de Capacidade Técnica (Itens 11.4.5 - 11.4.9)

Os requisitos adicionais, como a possibilidade de apresentar atestados em nome da matriz ou filial (item 11.4.5), a apresentação de documentos comprobatórios, e a aceitação de atestados emitidos por entidades estrangeiras (desde que acompanhados de tradução) visam ampliar a competitividade da licitação, garantindo que empresas com capacidade técnica comprovada, independentemente de suas sedes, possam participar do certame. A exigência desses atestados, incluindo os casos de emissão por consórcios, garante que a empresa tenha um histórico sólido de prestação de serviços similares, assegurando que a contratação atende aos princípios de qualificação técnica e mitigando riscos de desempenho insatisfatório.

11.5.6. Conclusão

Diante da relevância e complexidade da reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, as exigências de **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** foram estabelecidas com o intuito de garantir a contratação de uma empresa tecnicamente qualificada e com experiência comprovada na execução de serviços similares. Esses requisitos são fundamentais para assegurar a **segurança, qualidade e eficiência** dos serviços, além de proteger os recursos públicos, evitando atrasos, custos adicionais e falhas que poderiam resultar em prejuízos à administração pública. A experiência específica, a regularização nos conselhos profissionais, e a capacidade técnica demonstrada pela licitante são garantias necessárias para que a obra seja realizada de forma satisfatória, atendendo aos padrões exigidos e às expectativas da Câmara Municipal.

11.6. Justificativa para não previsão de percentual de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica

Justifica-se a impossibilidade quanto à previsão de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos ou egressos do sistema prisional, pelos seguintes motivos:

a) Não há regulamentação local sobre o assunto;

11.7. Justificativa para NÃO Aplicação da Regra de Licitação Exclusiva ou por Cotas às Micro ou Pequenas Empresas

A Lei Complementar 123/06, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelece uma série de medidas de estímulo à participação dessas empresas nos processos licitatórios. Dentre essas medidas, destacam-se:

I - A obrigatoriedade de realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II - Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - A obrigatoriedade de estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Da não aplicação do Inciso I:

A licitação deverá ser destinada exclusivamente a Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) quando o valor da contratação for inferior a R\$ 80.000,00, conforme o artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, o valor estimado da presente licitação supera esse limite, razão pela qual o benefício de exclusividade para ME e EPP não é aplicável.

Da não aplicação dos Incisos II e III:

Em relação ao **inciso II**, que permite a exigência de subcontratação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) em processos licitatórios para aquisição de obras e serviços, opta-se por não aplicar essa regra nesta licitação, uma vez que se trata de um ato discricionário da Administração. Além disso, o objeto contratual não apresenta características que justifiquem a necessidade de subcontratação de ME ou EPP. A escolha por uma única empresa facilita o controle e a fiscalização do contrato, sendo mais eficiente, pois a Câmara Municipal não dispõe

de mão de obra suficiente para acompanhar e fiscalizar diversas empresas ao mesmo tempo, o que poderia comprometer o bom andamento da execução.

Quanto ao **inciso III**, que prevê a obrigatoriedade de reserva de até 25% do objeto para ME e EPP em licitações de bens divisíveis, essa regra não será aplicada, uma vez que se trata de um serviço de engenharia, que, por sua natureza, não é um bem nem divisível.

Dessa forma, **a participação na licitação será ampla**, permitindo a concorrência de empresas de diversos portes, garantindo maior competitividade e atendendo ao interesse público na escolha da proposta mais vantajosa.

11.8. Motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação (inciso XI, art. 18, Lei 14.133/2024)

Em conformidade com a legislação e para assegurar a transparência do processo, **o orçamento estimativo será divulgado juntamente com a contratação**. Esta prática visa proporcionar a todos os licitantes acesso às mesmas informações financeiras, permitindo uma preparação adequada das propostas e promovendo a equidade e a competitividade justa entre os participantes.

Planejamento

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação para a reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão trará uma série de benefícios, que contribuirão significativamente para a melhoria das condições de trabalho, segurança e atendimento ao público. Entre os principais benefícios, destacam-se:

1. **Melhoria da Infraestrutura:** A reforma permitirá a correção de problemas estruturais existentes, como o desnivelamento do piso e a iluminação inadequada, garantindo um ambiente seguro e funcional para o desempenho das atividades legislativas e administrativas.
2. **Acessibilidade:** A modernização dos banheiros e a adequação de acessos permitirão que o prédio da Câmara atenda às normas de acessibilidade, proporcionando condições adequadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, garantindo igualdade de acesso a todos os cidadãos.
3. **Segurança:** A troca da grade da fachada e a modernização do plenário aumentarão a segurança do edifício, tanto em termos de proteção patrimonial quanto de segurança dos usuários, prevenindo riscos que possam comprometer a integridade dos frequentadores.
4. **Conforto e Eficiência:** A modernização da iluminação e dos demais ambientes contribuirá para um ambiente mais confortável e eficiente, melhorando as condições de trabalho dos vereadores e servidores, além de proporcionar uma experiência mais agradável para os cidadãos que frequentam a Câmara.
5. **Modernização Tecnológica:** A reforma cria as condições necessárias para a futura modernização tecnológica do plenário, permitindo a instalação de novas câmeras, sistema de áudio e TVs para votação eletrônica, alinhando a Câmara Municipal às práticas modernas de transparência e eficiência na condução dos trabalhos legislativos.
6. **Valorização do Patrimônio Público:** A reforma proporcionará uma valorização do patrimônio público, modernizando e adequando o prédio da Câmara para atender às

demandas atuais e futuras, contribuindo para a imagem institucional da Câmara Municipal e para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

Esses benefícios reforçam o compromisso da Câmara Municipal de Matão com a eficiência, acessibilidade e qualidade dos serviços públicos, garantindo que o prédio esteja adequado para atender às necessidades dos vereadores, servidores e da população.

13. Providências a serem adotadas

O ambiente da Câmara Municipal de Matão já se encontra adequado para que o serviço ora pretendido seja prestado de forma satisfatória, não havendo necessidade de modificações ou tomada de providências para que a solução a ser contratada produza seus efeitos.

A Câmara deve considerar que este serviço deverá ser fiscalizado por servidores especialmente designados para esse fim e, se for o caso, providenciar capacitação destes servidores. Destaca-se que o projeto de contratação já prevê o acompanhamento da execução da obra por profissional devidamente habilitado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Na reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, foram identificados possíveis impactos ambientais decorrentes das atividades de construção e modernização, os quais devem ser minimizados para assegurar a conformidade com as normativas ambientais vigentes. Abaixo estão os principais impactos potenciais e as respectivas medidas de mitigação:

1. Geração de Resíduos Sólidos Durante a execução da reforma, haverá a geração de resíduos sólidos, como entulhos, restos de materiais de construção, e resíduos provenientes da demolição. Para mitigar esse impacto, a contratada deverá adotar medidas para gerenciamento de resíduos da construção civil, visando a segregação, a reutilização e a destinação adequada dos materiais, de acordo com a legislação ambiental aplicável.

2. Emissões de Poeira e Ruído As atividades de reforma poderão gerar emissões de poeira e níveis de ruído que possam afetar o entorno do prédio da Câmara, incluindo a

vizinhança e os funcionários. Para minimizar esses impactos, serão utilizadas técnicas de controle de poeira, como a umidificação das áreas de trabalho, e medidas de isolamento acústico durante as etapas mais ruidosas, além de respeitar os horários permitidos para execução das obras.

3. Consumo de Recursos Naturais A reforma envolve o uso de materiais como água, areia, cimento e madeira, o que implica no consumo de recursos naturais. Para reduzir esse impacto, serão priorizados materiais sustentáveis e fornecedores que possuam certificações ambientais. Além disso, será implementado um plano de uso racional de água durante as atividades de construção.

Essas medidas de mitigação têm como objetivo minimizar os impactos ambientais decorrentes da reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão, garantindo que o projeto seja executado de maneira sustentável e em conformidade com as exigências ambientais, promovendo a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida da comunidade local.

VIABILIDADE

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação

Justificativa de Viabilidade: Após a realização de estudos técnicos preliminares e análise de viabilidade, declaramos que o projeto de reforma do prédio da Câmara Municipal de Matão é plenamente viável, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico-financeiro. A reforma proposta atende aos critérios necessários para modernizar e adequar as instalações da Câmara, proporcionando melhorias significativas em segurança, acessibilidade, eficiência e conforto.

16. Responsáveis

Maycon Wilbur Colombo - Analista de Contratações

Lucas Nunes – Diretor Administrativo